

(DES)CONFIANÇA MÚTUA? A POLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL E A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA

(NON)RECIPROCAL TRUST? THE POLITICS OF RELATIONS BETWEEN THE NATIONAL CONFERENCE OF BISHOPS OF BRAZIL AND CATHOLIC CHARISMATIC RENEWAL

Emanuel Freitas da Silva¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar e compreender a política das relações entre os bispos católicos do Brasil e a organização do movimento de Renovação Carismática. Para tanto, lança mão dos posicionamentos oficiais publicados por meio de documentos de “orientações gerais” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que só iniciou suas tomadas de posição em 1994, vinte e cinco anos depois de o movimento ter chegado ao país. Inicialmente visto com muita “reserva”, por constituir-se como uma potencial ameaça às autoridades dos bispos diocesanos, o movimento foi sendo tutelado e aconselhado ao abandono de “práticas” sem as quais não poderia dizer-se “carismático”, até conquistar, por meio da estrita fidelidade à Igreja de Roma e à exibição de irrestrita identidade católica, um reconhecimento e liberdade de atuação nas diversas dioceses do país. Assim, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e de algumas entrevistas realizadas com lideranças históricas do movimento, poder-se-á compreender as dubiedades que marcaram as relações entre CNBB e RCC, constituindo-se numa “política” de reiterada desconfiança, reservas, tutela teológica e, nos anos 2010, “total rendição” à ação missionária do movimento.

Palavras-chaves: autoridade; hierarquia; submissão.

Abstract: This article aims to present and understand the politics of relations between Catholic bishops of Brazil and the organization of the Charismatic Renewal movement. In order to do so, it makes use of the official positions published through "general guidelines" documents of the National Conference of Bishops of Brazil, which only began to take positions in 1994, twenty-five years after the movement arrived in the country. Initially viewed as a potential threat to the authorities of the diocesan bishops, the movement was protected and advised

Artigo submetido em 31/08/2017. Aprovado em 02/10/2017.

¹ Professor Assistente de Teoria Política da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus FACEDI. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (2010) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Atualmente é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: emanuel.freitas@uece.br

to abandon "practices" without which it could not be said to be "charismatic" until it conquered, through strict fidelity to the Church of Rome and the exhibition of unrestricted Catholic identity, recognition and freedom of action in the various dioceses of the country. Thus, through documentation, bibliographical research and some interviews with historical leaders of the movement, it will be possible to understand the differences that marked the relations between CNBB and RCC, constituting a "policy" of repeated mistrust, reservations, theological tutelage and, in 2010, "total surrender" to the missionary activity of the movement.

Keywords: authority; hierarchy; submission.

Introdução

O ano de 2017 marca as comemorações pelos 50 anos de existência do movimento de Renovação Carismática Católica (RCC) que chegou ao Brasil ainda no início dos anos 1970. Configurando-se como um dos movimentos surgidos no período pós-conciliar (junto com as Comunidades Eclesiais de Base e outros movimentos) e que contribuiu para a afirmação do *aggiornamento* do catolicismo frente aos novos, serviu como uma “estratégia de fortalecimento da identidade católica frente ao avanço do pentecostalismo” (ORO; ALVES, 2013, p. 122) de viés protestante. Um olhar sobre os “catolicismos” existentes no interior da Igreja Romana nos faz perceber a importância do movimento, em especial a partir dos pontificados de João Paulo II e Bento XVI, com a crescente formação de grupos comunitários e sacerdotes com ele identificados.

Esse artigo tem como objetivo apresentar, analiticamente, o caminho em torno do qual estruturou-se as relações entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Renovação Carismática Católica ao longo desses anos de existência do movimento em nosso país. De uma primeira postura de desconfiança e reserva, manifestada sobretudo pelos bispos, tidos, à sua época, como “progressistas”, as relações foram passando por estágios de tentativas de “tutelas” e “recomendações”, expressas sobretudo por documentos oficiais da Conferência, e mesmo de desaprovações das práticas, vendo no movimento o risco do “curandeirismo” e da sectarização, até o atual momento, que me parece ser de “confiança” irrestrita à ação missionária das Comunidades. As descobertas deste texto são parte de minha pesquisa doutoral, que buscou compreender as dinâmicas em torno da dominação carismática dentro

de uma das mais importantes comunidades surgidas da RCC: a Comunidade Católica Shalom, sediada em Fortaleza.

Entendo, assim, que tais relações entre hierarquia e fiéis (uma vez que a maioria absoluta dos membros da RCC é composta de leigos) estruturaram-se e podem ser compreendidas a partir da lógica da ação política, tanto por parte dos dominantes (os bispos), que viam a possibilidade de terem sua autoridade abalada por uma sempre mais crescente atuação de um movimento que se dirigia verticalmente às orientações do Vaticano, quanto por parte dos dominados (os carismáticos), que “ameaçavam” tal autoridade, pondo em ação as orientações do Concílio Vaticano II, priorizando, frente à submissão à hierarquia, a ação do leigo no interior da Igreja.

Procedeu-se com uma revisão bibliográfica acerca das origens da RCC, nos EUA e no Brasil, e com uma análise documental de posições oficiais da CNBB acerca da “teologia dos movimentos”, das quais se destaca a RCC. Além disso, procedemos com uma análise de relatos de importantes lideranças da RCC, em Fortaleza, para ilustrar as recepções e as reações dos movimentos às posturas da Igreja, por meio de tais documentos, em relação ao movimento, destacando as idas e vindas de uma histórica relação marcada por “desconfianças” de lado a lado, intercaladas por momento de “confiança plena”, como parece ser o atual momento.

1. As origens da Renovação Carismática Católica nos EUA e no Brasil

Segundo as narrativas de seus membros e os estudiosos do tema, a RCC nasceu na cidade de Pittsburgh (EUA), no ano de 1967², durante um retiro de jovens universitários, que estavam preocupados em reavivar a fé católica num país em que ela estava, bem mais do que no Brasil, em franco declínio. Desde então, espalhou-se pelo mundo inteiro, fincando fortes raízes no Brasil, onde chegou ainda no ano de 1969, durante retiro espiritual pregado em São Paulo pelos padres jesuítas Eduardo Dourgherty (que depois fundaria a Associação do Senhor Jesus e a TV Século XXI³) e Haroldo Rahm.

² Para fins de historicização do movimento, remeto o leitor ao primoroso trabalho acerca das origens da RCC apresentado em CARRANZA (2000).

³ Em Carranza (2000), podemos ler uma importante análise da constituição de uma das principais frentes de evangelização da RCC: a formação de cadeias de rádio e TV, como é o caso acima referido. Isso foi de suma importância para a Igreja Católica, frente ao avanço das igrejas pentecostais também nessa seara. No Brasil, temos ainda o imenso conglomerado midiático (rádio, TV e portal) administrado pela Comunidade Canção Nova, no interior de São Paulo, e com transmissão para vários países do mundo.

No outono de 1967, cerca de trinta leigos católicos, todos membros do corpo docente da Universidade Duquesne em Pittsburgh, reuniram-se em um retiro espiritual para um período de oração profunda e discussão acerca da vitalidade da sua vida religiosa. Insatisfeitos com seu estilo de vida, com suas preocupações acadêmicas e sobretudo com suas experiências religiosas, buscavam uma forma de renovação espiritual que viria a afetar drasticamente a própria Igreja. Os participantes desse retiro tinham contato com diferentes grupos avivados protestantes e desejavam experimentar a transformação que o Espírito Santo podia operar nessas pessoas. Sentiam que o aprofundamento da vida espiritual não podia resultar simplesmente da ação humana, o que sempre deixaria cada um sentir-se órfão invadido pelo vazio e pelo desânimo. Acreditavam que é o Espírito que renova a face da Igreja e do mundo, por meio de sua ação nas pessoas. Enquanto rezavam na capela, teria ocorrido um verdadeiro Pentecostes renovado. Uns começaram a falar em línguas, outros receberam dom da profecia ou do conhecimento. A experiência teria operado neles uma profunda transformação espiritual, dando-lhes uma nova consciência do amor de Deus, um profundo desejo de louvar a Deus e ser testemunha de Cristo ressuscitado. Dois dos participantes, ligados aos cursilhos de cristandade, Ralph Martin e Steve Clarck, decidiram ali dedicar suas vidas a Deus, fundando a comunidade Mundo e Deus, em Ann Arbor, cidade universitária localizada no estado de Michigan.

(PRANDI; SOUZA, 1996, p. 64)

A citação acima traz importantes informações sobre o surgimento e as marcas identitárias da RCC, advindos com o “final de semana de Duquesne”⁴, que convém aqui esclarecer. A RCC nasce como um “movimento”⁵ de “renovação” do catolicismo, um movimento cujo objetivo é reavivar a fé dos católicos, numa espécie de discurso *intracatolicismo*⁶, ou seja, seu alvo principal é o povo católico “não-praticante” desmotivado com a própria Igreja⁷. Além disso, a “renovação” operou-se, por primeiro, “num ambiente universitário, secular e mais elevado, no sentido de bens culturais e intelectuais” (SOFIATI,

⁴ “O fim de semana em Duquesne, como viria a ser chamado, foi certamente um dos notáveis acontecimentos na história do movimento pentecostal do mundo” (RANAGHAN, 1972, p. 201).

⁵ Apesar de a alcunha “movimento” não ser a mais autoreferenciada pelos membros da RCC, desde seus primórdios, uma vez que o termo sugere ser “mais um movimento” dentro da Igreja, ao passo que ela busca ser “um novo modo de ser Igreja”, destinando sua mensagem a todo o catolicismo (cf. MARIZ, 2003).

⁶ Teixeira (2005, p. 20) compreende a RCC como um exemplo do que nomeia como “catolicismo de reafiliados”, ou seja, como um “movimento fundado na pertença por opção e que promove uma ‘re-adesão’ aos valores tradicionais do catolicismo”. No próximo capítulo, veremos tal sentimento de “re-adesão” ao catolicismo a partir dos depoimentos dos membros da Comunidade Shalom acerca do “modo de ser católico” ressignificado por sua pertença a ela.

⁷ Como afirma um ex-presidente do Conselho Nacional da RCC no Brasil, “nós, da Renovação, nem nos consideramos um movimento leigo a mais na Igreja [...] nós nos consideramos e *queremos ser a própria Igreja em renovação*” (MIRANDA, 1999, p. 52, grifo nosso).

2009, p. 217), dando ao movimento uma predominância de ação entre as camadas médias e escolarizadas, nos setores mais industrializados e modernizados da vida social, inclusive no Brasil, em mais um contraponto ao público-alvo das CEBs. Tal “renovação” constituiu-se nos moldes do fenômeno religioso conhecido como “pentecostalismo”⁸. Isso porque, segundo creem, a experiência vivenciada durante aquele retiro remontava à mesma experiência que teria sido vivenciada pelos Apóstolos, durante a Festa de Pentecostes⁹. Por isso, sua marca principal será a ênfase na importância da oração, na vida espiritual compreendida como um fim em si mesma, diferente da ênfase um tanto quanto “material”, ou social, posta pelas CEBs¹⁰.

A chegada da RCC ao Brasil¹¹, a partir da atuação dos padres Eduardo Dougerhty e Haroldo Rahm, é assim referenciada:

Em 1970 e 71 iniciou-se a Renovação em Telêmaco Borba, no Paraná, com Pe. Daniel Kiakarski. Em 1972 e 1973, Pe. Eduardo, de novo no Brasil, deu vários retiros e iniciou grupos de oração. Em janeiro de 1973 o Pe. George Kosicki, CSB, que havia muito, participava ativamente da Renovação nos Estados Unidos, veio a Goiânia para um retiro carismático de uma semana. A ele compareceram D. Matias Schmidt, atual bispo de Rui Barbosa, na Bahia, e vários padres religiosos, que iriam iniciar grupos de oração em Anápolis, Brasília, Santarém, Jataí, etc. Em 1973, perto de Miranda, no Mato Grosso, um pequeno grupo começou a ler o livro *Sereis Batizados no Espírito* e a rezar pedindo o dom do Espírito. Um mês mais tarde veio a eles o Pe. Clemente Krug, redentorista, que conhecera a Renovação *Convent Station*, New Jersey; orando com eles, receberam o “batismo no Espírito” e o dom de línguas. Em outras regiões a Renovação Carismática começa a crescer, a partir de 1974: no Norte a diocese de Santarém com Frei Paulo, em Anápolis, no Centro Oeste, com Frei João Batista Vogel, no Sul de Minas, com Mons. Mauro Tommasini na Arquidiocese de Pouso Alegre. Também colaboram como

⁸ “Sociologicamente, tem sido chamado pentecostalismo os movimentos cristãos que dão ênfase às experiências de recebimento de dons do Espírito Santo” (MARIZ, 1998, p. 85). Há caminhos distintos do fenômeno nos EUA e no Brasil. Sobre isso, consultar MIRANDA (1999) e FRESTON (1993). Este último identifica “três ondas” pentecostais no Brasil, todas ligadas ao protestantismo. Os movimentos religiosos que se ligam ao pentecostalismo remetem ao fato bíblico do Pentecostes, narrado no segundo capítulo dos Atos dos Apóstolos, a sua origem.

⁹ A narrativa bíblica de Pentecostes (Atos 2, 1-4: “*Chegando o dia de Pentecostes, estavam todos no mesmo lugar, reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído impetuoso que encheu toda a casa onde estavam. Apareceram-lhes uma espécie de línguas de fogo, que se repartiram e neles repousaram. Ficaram cheios do Espírito Santo*”) apresenta-se, para os pentecostais, entre os quais se encontra a RCC, como o fato fundante de uma espiritualidade, constituindo-se como um marco, uma referência a tudo o que constitui tal espiritualidade: falar em línguas estranhas, dom de curas e milagres, fervor na oração e na evangelização, experiências de repouso no Espírito (uma espécie de “desmaio”), dom de profecia, um forte chamado à conversão radical, entre outros. Sobre a “pentecostalização” do mundo religioso cristão, ver MARIANO (1999).

¹⁰ “Deixar de lado a preocupação social e cuidar das coisas da alma foi o mote que levou adiante a renovação carismática” (PRANDI; SANTOS, 2015, p. 366). Sobre isso, ver também MASSARÃO (2007).

¹¹ Os pormenores desta empreitada podem ser encontrados em CARRANZA (2000).

divulgadores: Pe. Schuster, Dr. Jonas e Sra. Imaculada Petinnatti, Peter e Ingrid Orglmeister, D. Cipriano Chagas, Pe. Alírio Pedrini, Frei Antônio, Ir. Tarsila, Maria Lamego, Ir. Stelita. (Renovação Carismática Católica no Brasil. História Mundial da RCC. Disponível em: <www.rccbrasil.org.br>. Acesso em: 20 de abril de 2016)

Ainda conforme Carranza (2009), na RCC a Igreja percebeu a oportunidade “de trazer de volta aqueles que estavam longe”, ou seja, a possibilidade concreta de reinstitucionalizar aqueles católicos que estavam dispersos, contendo a sangria a cada censo demográfico constatado¹². Por essa razão, alguns estudiosos da RCC a colocam como “um divisor de águas” para a Igreja Católica, uma vez que a colocou “na esteira da concorrência religiosa” (ANTONIAZZI, 2004), onde há muito já estavam as denominações pentecostais protestantes.

Entretanto, convém aqui destacar o seguinte: a RCC apresenta-se como a faceta católica de um movimento mais amplo: o “pentecostalismo”, conforme apontei anteriormente. Isso fez com que durante muito tempo, no interior da Igreja, uma considerável parcela do clero e dos fiéis fizessem do movimento uma representação do que seria uma “face protestante”, uma “outra igreja” dentro da Igreja, mesmo uma “seita”¹³ dentro do catolicismo que não guardava relações como o modo de ser católico configurado no Brasil; isto porque, desde seus primórdios, a RCC pretendeu renovar a própria estrutura da Igreja, transformando-a, apresentando-se, ela mesma, como uma “nova forma de ser igreja” (MARIZ, 2003). Isso talvez se explique, entre outras coisas, além das expressões “carismáticas” (falar em línguas, oração de cura e libertação, cânticos de louvor etc.), pelo fato de que, desde o início, a RCC despertou em seus membros o interesse pela fundação/organização de “comunidades”, espaços de “separação” daqueles que seriam seus adeptos em relação ao conjunto dos fiéis católicos, para dedicarem-se à vida “renovada”. A grandiosidade da empreitada evangelizadora, segundo creem, é tal que exige a total dedicação à causa.

¹² Em 1991, por exemplo, 84,9% dos brasileiros diziam-se católicos; em 2000, o percentual baixou para 73,4% e em 2010 para 64,5%.

¹³ Em seus estudos acerca da RCC, Miranda (1999, p. 37) perguntava-se, a partir das reações intrainstitucionais: “Movimento? Seita? Grupo no interior da Igreja ou nova Igreja? Reação ou instrumento de ação do Vaticano contra o ‘cristianismo de libertação’ latino-americano e o pentecostalismo protestante? [...] São tantas as formas de percebê-la, por parte mesmo daquela que integram o grupo, quantas são as maneiras de denomina-la e de situá-la no espectro religioso – e também político – contemporâneo”. Passados quase vinte anos dos questionamentos da pesquisadora, posso responder que a RCC, hoje, configura-se como uma “realidade” evangelizadora da qual a Igreja não pode abrir mão. Para isso, utilizo o caso da CCSH, conforme veremos mais adiante.

Por isso mesmo é que, apesar de estar organizada como um “movimento” dentro da Igreja — o que a colocaria na mesma dinâmica de outros “movimentos”, com uma identidade própria e um público-alvo a quem se destinaria — a RCC, desde seus primórdios, pretendeu-se como uma ação transformadora, “renovadora” para ser mais exato, da própria Igreja Católica: ser uma nova Igreja, renovada, com o uso dos carismas, pondo a responsabilidade da “economia da graça” não apenas no clero, mas, também, no laicato. Seria, pois, um “novo jeito de ser Igreja” a ser esboçado.

2. As relações entre a RCC e a hierarquia de Roma

Impossível escrever um trabalho de pesquisa acerca da RCC, no Brasil, sem esboçar uma análise das relações entre o movimento e as estruturas hierárquicas do clero. Tais relações, sempre apresentadas como “harmoniosas”, porque pudessem ser vistas como “obediência” por parte dos membros do movimento, não resistem a uma análise mais atenta (o que não foi feita por este pesquisador a contento). Apesar de ser lugar-comum nos textos de eminentes pesquisadores da área, que apresentam a RCC como uma “investida” da Igreja para estancar a perda de fiéis, esta colaboração entre leigos do movimento e clero não parece ter sido assim tão “colaborativa” no Brasil, ao se considerar tanto as tomadas de posição de importantes figuras do episcopado (como Dom Aloísio Lorscheider) ou alguns documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, também, o que é mais importante, o “testemunho” de algumas lideranças do movimento entrevistadas durante realização de pesquisa que serviu de base para a escrita deste texto, que pediram para não ser identificadas.

O primeiro documento oficial do Vaticano sobre as RCC foi publicado em 1975, a pedido do Cardeal Leon Suenens, intitulando-se “Orientações Teológicas e Pastorais da Renovação Carismática Católica”, que se pretendia ser um “guia” para a atuação do movimento e, em menos de 10 anos, já contava com a “preocupação” e com o “zelo” orientador da Cúria Romana. Doze anos depois, em 1986, dentro do pontificado de João Paulo II, durante o Encontro Episcopal Latino-Americano, reconheceu-se a tese de que a Igreja estaria vivendo “um novo Pentecostes”.

Um ilustrativo “balanço” das relações da RCC enquanto movimento internacional com o Vaticano, ensaiando os primeiros movimentos de aproximação e de submissão que marcariam a história (ou estratégia) da RCC, pode ser lido nos seguintes trechos:

É evidente que, desde seus primórdios, a Renovação Carismática tem a simpatia de Roma. Nascida sob os auspícios do Concílio Vaticano II, já em 1973, de 8 a 12 de outubro, o movimento realizou sua primeira conferência internacional de líderes, com cento e vinte dirigentes de trinta e quatro países [...] O encontro aconteceu em Grottaferrata, perto de Roma. No dia 10, treze pessoas de oito países foram designadas para conversar reservadamente com o Papa Paulo VI. Na audiência, o Pontífice disse: “Alegramo-nos com vocês, queridos amigos, pela renovação de vida espiritual que se manifesta hoje em dia na Igreja, debaixo de diferentes formas e em diversos ambientes”. A aproximação da Renovação Carismática com o Vaticano foi facilitada pela intercessão do Cardeal Leon Josef Suenens, Arcebispo de malinês, que procurou acompanhar o movimento desde seus inícios, a pedido do próprio Paulo VI. [...] Exatamente um ano depois daquela primeira audiência (1º de outubro de 1974), Paulo VI referiu-se explicitamente a um livro do Cardeal Suenens, que tratava da novidade pentecostal que ocorria na Igreja Católica naquele momento

(SOUSA, 2005, p. 66)

O clero sempre teve um papel importante na vida carismática católica. Bispos e padres são assessores, coordenadores adjuntos e responsáveis pelo movimento perante a Igreja. Ou seja, de algum modo sempre houve tutela do clero [...] A RCC é, sem dúvida, o instrumento eleito pela igreja como um “trunfo” para buscar o reavivamento do catolicismo. Esse movimento tem sido efetivamente abraçado como projeto principal em muitas dioceses do país.

(SOUZA, 2014, p. 157; 159)

Vários foram os discursos de Paulo VI direcionados ao nascente movimento da RCC. Apesar de ter sido um movimento originário de leigos — o que poderia tê-lo caracterizado como um movimento de contestação ou de alternativa à hierarquia eclesial, como ocorrera com outros movimentos pentecostais¹⁴ —, a RCC demonstrou, desde suas origens, uma arraigada concepção de obediência e pertença à Igreja Católica¹⁵. O culto fervoroso à Maria, o apego à celebração da eucaristia (missa) e a obediência ao papa perfilarão o caminho de legitimidade da RCC no interior do catolicismo, que se iniciou com o papa Paulo VI (que discursou em 1973 aprovando os meios e propósitos da RCC) e se consolidou com o papa João Paulo II¹⁶, que em 1998 definiu o movimento como uma “primavera na Igreja”.

¹⁴ Mendonça (1998, p. 80) define “pentecostalismo” como “movimento histórico dentro das igrejas cristãs em busca de alternativa religiosas que desloque o centro do poder das mãos dos letrados para as mãos dos que ficaram historicamente à margem dos centros de decisão, que são os leigos”.

¹⁵ Num “compromisso com o espírito da RCC”, essa também será uma das marcas da CCSh, conforme veremos mais adiante.

¹⁶ “A Renovação Carismática Católica ajudou muitos cristãos a redescobrir a presença e a força do Espírito Santo na sua vida, na vida da Igreja e no mundo. Esta redescoberta despertou neles uma fé em Cristo repleta de alegria,

No discurso proferido em 3 de julho de 2015, o papa Francisco referiu-se à RCC como “uma torrente de graças que nos leva em frente no caminho da Igreja”¹⁷. Importa destacar que, como líder da Igreja, o papa adota postura de conciliação com o movimento, em vez de enfrentamento que, até onde pude compreender através de minha pesquisa doutoral, tem ficado a cargo dos bispos e dos padres, em resistências mais localizadas à influência do movimento. Na verdade, desde o surgimento da RCC, nenhum dos papas (Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco) adotou postura de resistência ou perseguição ao movimento, uma vez que este caminhou, desde suas origens, lado a lado com as pretensões da Igreja de Roma de recatolicizar a sociedade, guardando uma fidelidade identitária com as mensagens vindas de Roma (a fundação do instituto internacional ligado à RCC — o ICRS — deu-se ainda nos anos 70).

Isso pode ser expresso, ainda, naquilo que o papa João Paulo II enxergava como uma das principais funções da RCC no interior do catolicismo: “tutelar” a identidade católica das comunidades por meio de uma estreita unidade com os bispos e o papa¹⁸, ou seja, com a alta cúpula da Igreja¹⁹.

Como responsáveis da Renovação Carismática Católica, uma das vossas tarefas consiste em tutelar a identidade católica das comunidades carismáticas difundidas em todo o mundo, estimulando-as sempre a manter um vínculo hierárquico e estreito com os Bispos e o Papa. Pertenceis a um movimento eclesial e a palavra «eclesial» obriga a uma preciosa tarefa de formação cristã, que requer uma profunda convergência entre fé e vida. A fé entusiasta que reaviva as vossas comunidades deve ser acompanhada por uma formação cristã adequada e fiel ao ensinamento eclesial. Como efeito, de uma sólida formação derivar à uma espiritualidade profundamente radicada na fonte.

um grande amor pela Igreja e uma generosa dedicação à sua missão evangelizadora. Neste ano dedicado ao Espírito Santo, uno-me a vós ao louvar Deus pelos frutos preciosos que quis fazer maturar nas vossas comunidades e, através delas, nas Igrejas particulares” (JOÃO PAULO II, 1998. Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/interna.php?paginas=46>>. Acesso em: 22 de junho de 2016).

¹⁷ Em 2014, Francisco chegou a afirmar o seguinte: “Vocês, Renovação Carismática, receberam um grande presente do Senhor. Vocês nasceram de um desejo do Espírito Santo como “uma corrente de graça” na Igreja e para a Igreja [...] A Renovação Carismática é uma grande força no serviço do Evangelho, na alegria do Espírito Santo. Vocês receberam o Espírito Santo que os fez descobrir o amor de Deus por todos os seus filhos e o amor pela Palavra.” (Disponível em: <<http://papa.cancaonova.com/discurso-do-papa-a-renovacao-carismatica-catolica/>>. Acesso em: 21 de junho de 2016).

¹⁸ “a RCC nutre em seus adeptos uma profunda admiração aos papas [...] as opiniões do Papa significam para o movimento a vontade de Deus, pois ele é seu representante na terra” (SOFIATI, 2009, p. 228).

¹⁹ Assim sendo, “com os novos movimentos, o Vaticano estava apostando em uma nova casta de leigos, rigorosamente controlados por suas respectivas organizações, que fazem um juramento de fidelidade coletiva à autoridade central do Papa” (URQUHART, 2002, p. 86).

(JOÃO PAULO II, 1998. Discurso aos membros da RCC. Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/interna.php?paginas=46>>. Acesso em: 22 de junho de 2016.)

Ora, no exato momento em que a Igreja Católica opta, durante o papado de João Paulo II, por tomadas de posição mais conservadoras, em especial nas nacionalidades em que o catolicismo estava em declínio, guardar e enunciar estrita fidelidade à orientação doutrinal de Roma constituiria razão de ser para se legitimar o movimento frente às autoridades eclesíásticas. Contudo, nas Igrejas Particulares (dioceses), em especial aquelas da América Latina, onde os bispos encaminhavam as ações pastorais para questões mais sociais, e auxiliando na formação e implantação de agendas políticas mais progressistas, o enfrentamento com a RCC, como veremos adiante, foi mais aberto.

Para legitimar-se frente à cúpula da Igreja, a RCC procurou, através de uma considerável literatura produzida por seus membros (seja no Brasil, seja com traduções de material produzido em outros países), demonstrar uma total “docilidade”, submissão em relação à autoridade institucional, diminuindo possíveis efeitos negativos que a proximidade com as práticas pentecostais protestantes poderia acarretar ao movimento²⁰, além de reafirmar a Renovação Carismática como uma renovação cristã autenticamente católica, conforme lembra padre Haroldo:

Uma das provas mais evidentes de que se trata de uma Renovação Cristã autêntica está no fato de não afastar as pessoas das práticas tradicionais da religião. Pelo contrário, dá-lhes, de maneira notável, um amor maior pelo santíssimo sacramento, uma devoção mais profunda pela celebração eucarística [...] e, muitas vezes, uma nova e maravilhosa apreciação do papel de Nossa Senhora na vida cristã

(RHAM, 1972, p. 19)

O que se conclui, ao observar a RCC e sua proposta de “renovar a Igreja”, é que novas formas de viver o catolicismo implicaram em novas formas de organizar a sua vivência²¹. De

²⁰ O então Cardeal Ratzinger, em 1985, advertia a RCC de que seria “preciso precaver-se de um ecumenismo fácil demais, pelo qual grupos carismáticos católicos podem perder de vista a sua unidade e ligar-se de modo acrítico a formas de pentecostalismo de origem não católica, em nome exatamente do ‘Espírito’, visto como oposto à instituição. Os grupos católicos da Renovação no Espírito devem, pois, mais do que nunca ‘*sentire cum Ecclesia*’, agir sempre em comunhão com o bispo, também para evitar os danos que surgem toda vez que a Escritura é desenraizada do seu contexto comunitário: o fundamentalismo, o esoterismo e o sectarismo” (RATZINGER, 1985, p. 36).

²¹ Nos movimentos, como a RCC, “reforça-se a experiência subjetiva de que fora deles, fora da Igreja, ou melhor, fora da Igreja que se manifesta neles há uma Igreja mais pálida e fraca, e seu crente igualmente. É contra o mote

fato, ao buscar a “renovação da igreja”, a RCC permaneceu-lhe estritamente fiel, salientando uma suposta identidade do Brasil como “maior país católico do mundo”, dando à Igreja um número considerável de novas vocações sacerdotais²² e aumentando, dentre aqueles que se diziam “católicos não-praticantes”, o número daqueles que voltaram ao interior da Igreja, apesar de tal dado ser de difícil mensuração, uma vez que a categoria “católico carismático” não existe no questionário utilizado pelo censo (MARIZ, 2013, p. 45).

A visita do papa Bento XVI em 2007 ao Brasil, na ocasião da abertura da 5ª Conferência Geral do Episcopado da América Latina e Caribe, com seu discurso contra a descriminalização do aborto e defesa de temas tidos como conservadores — a terminante interdição do sacerdócio de mulheres e do fim do celibato sacerdotal, a oposição à união civil de pessoas do mesmo sexo e o entendimento de sua relação como constituinte de um núcleo familiar, a oposição a pesquisas com células-tronco, o uso de anticoncepcionais, entre outros —, expressaram objetivamente uma simpatia do papa aos movimentos católicos que estão obtendo êxito na estratégia conservadora de reconquistarem fiéis ao catolicismo, em particular a Renovação Carismática Católica, conforme nos lembra Sofiati (2007). O Pontífice já havia atestado, ainda quando era cardeal da Congregação para a Doutrina da Fé, a legitimidade do movimento:

Certamente a Renovação no Espírito trata-se de uma esperança, de um positivo sinal dos tempos, de um dom de Deus para a nossa época. É a redescoberta da alegria e da riqueza da oração contra a teoria e práxis sempre mais enrijecidas e ressecadas no tradicionalismo secularizado. Eu mesmo constatei pessoalmente a sua eficácia: em Munique, algumas boas vocações ao sacerdócio vieram-me do movimento.

(RATZINGER, 1985, p. 37)

Depois, já enquanto papa, Bento XVI ressaltou a contribuição primaz da RCC, por ocasião dos 40 anos do movimento: sua fidelíssima ligação com o “sucessor de Pedro”²³.

‘eu sou católico, mas à minha maneira’ que tais movimentos se insurgem, talvez sem se dar conta de que também são *um modo de ser católico*” (PORTELLA, 2013, p. 264, grifos do autor). Essa ideia foi expressa, também, por uma liderança da RCC, que pediu para não ser identificada: “Graças ao trabalho da RCC, você vê um número muito grande de fiéis, mas se observa padres *sem competência* para falar a esse povo”.

²² Ver BENELLI (2006).

²³ A teologia católica acredita ser o apóstolo Pedro o primeiro líder da comunidade de fé que se reuniu no entorno de Cristo e, por isso mesmo, representa o papel depois ocupado pelos papas: reunir a cristandade. Assim, cada papa nomeia-se como “sucessor de Pedro”.

Nessas décadas - quarenta anos – vós tendes vos esforçado para oferecer vossa contribuição específica para a propagação do Reino de Deus e a edificação da comunidade cristã, promovendo a comunhão com o Sucessor de Pedro, com os Pastores e com toda a Igreja. De maneiras diferentes vós afirmastes o primado de Deus, para quem se dirige sempre e supremamente nossa adoração. E vós tendes proposto trazer essa experiência para as novas gerações, mostrando a alegria da vida nova no Espírito, através de uma ampla variedade de obras de força e atividades relacionadas com a nova evangelização e a missão ad gentes. Vosso trabalho apostólico tem contribuído para o crescimento da vida espiritual da sociedade e da Igreja italiana e, através de caminhos de conversão que levaram muitas pessoas para serem curadas profundamente pelo amor de Deus e muitas famílias a superarem momentos de crise. Há também em seus grupos jovens que generosamente responderam à vocação de especial da consagração a Deus, tanto no sacerdócio quanto na vida consagrada. Por tudo isto, eu vos agradeço e ao Senhor!

(BENTO XVI, discurso por ocasião do 40 anos da RCC. Disponível em: <<http://www.rccbrasil.org.br/institucional/mais-lidas-rcc-mundo/633-confira-mensagem-do-papa-bento-xvi-aos-membros-da-rcc.html>>. Acesso em: 24 de junho de 2016)

Postas estas considerações, convém agora dedicar-se ao objetivo deste artigo: compreender as relações estabelecidas ao longo do tempo entre a RCC e a cúpula do catolicismo no Brasil, representada pela CNBB.

3. A política das relações entre CNBB e RCC: os “novos personagens” que entram em cena

Parece não haver elementos para afirmar que o episcopado brasileiro garantiu um considerável apoio ao movimento carismático, tendo, ao invés disso, priorizado por um certo momento a atuação das CEBs. O apoio de Roma ao movimento não significou, aqui, um ambiente favorável ao movimento da RCC. Veremos como isso se deu a partir do conteúdo de dois documentos e das recepções no movimento carismático a partir de narrativas de membros da RCC que, sob condição de anonimato, concederam entrevistas para a pesquisa doutoral, base para a produção desse artigo.

Antes de tudo, convém destacar o seguinte:

A primeira vez que a CNBB ateu-se à questão com aplicação, parece ter sido em fevereiro de 1977, na 15ª Assembleia Geral, embora o movimento carismático tenha sido apenas um, entre treze temas debatidos naquela reunião. Antes da Assembleia, o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, visitou os conselheiros da RCC reunidos para “ouvir o que cada

um esperava da Assembleia”. A RCC considerou a visita uma boa oportunidade para esclarecer “nossas convicções a respeito”. O boletim nacional do movimento informa que o cardeal, juntamente com Dom Silvestre Scandian, bispo de Araçuaí-MG, fizeram um apanhado do pensamento do grupo e levaram para Itaici.

Mas a base da discussão na assembleia foi mesmo o questionário enviado a todo o episcopado nacional, com o clássico modelo: pontos positivos, pontos negativos, opinião pessoal e sugestões. *Responderam 128 bispos*. Os pontos positivos indicados dizem respeito à oração, ao anúncio do evangelho e à *valorização sacramental*. Apenas um indica maior atenção aos carismas e à realização de curas. Entre os negativos, estão as *confusões de ordem doutrinal*, à *supervalorização do batismo no Espírito*, a *preferência pelos dons extraordinários* e *demasiada autonomia em relação ao bispo*. Para seis respondentes o movimento não traz nenhum benefício

(SOUSA, 2005, p. 170, grifos nossos)

Já no ano de 1977, o movimento carismático já detinha a tenção da hierarquia católica, a ponto de um número expressivo de seus membros (128 bispos), às vésperas da Assembleia Geral da CNBB, ocuparem-se de responder a um questionário acerca do movimento. A contribuição enxergada pelos bispos, por assim dizer, girava em torno da retificação da importância do corpo sacerdotal da Igreja, com destaque para a “valorização sacramental”, o que significava dizer que enquanto valorizavam os sacramentos (particularmente a eucaristia e a confissão), os carismáticos estavam indo ao encontro das necessidades da Igreja, fortalecendo, por isso mesmo, a atuação do clero. Contudo, é exatamente nos elementos que punham em xeque a necessidade, ou mesmo a utilidade, dos sacerdotes que a RCC era vista como algo negativo: as confusões de ordem doutrinal (o que parece sugerir uma “não-autonomia” em relação ao ensinamento da Igreja), a ênfase no “batismo no Espírito” (que tanto sobrevalorizava o ritual da RCC como punha em segundo plano o batismo sacramental, ao menos no entender da CNBB) e nos dons extraordinários e, sobremaneira, a “demasiada autonomia” em relação aos bispos; o que constituía, ao que parece, a maior ameaça do movimento ao clero católico.

As marcas, pois, que caracterizariam as relações entre RCC e CNBB, ao contrário da pronta confiança ao movimento externada pelo Vaticano, serão as do incentivo, pela ação missionária que aglutinaria fiéis dentro da Igreja na perspectiva da recatolização, e a do temor, dada sua dinâmica de autonomia frente aos outros movimentos do catolicismo e mesmo frente ao modelo clerical e paroquial no qual o catolicismo estava organizado, podendo-se mesmo falar, como alguns autores, da RCC como uma “crise do modelo paroquial” católico.

Dentro dessa lógica de ambiguidade em torno das relações entre RCC e CNBB, a figura do cardeal Dom Aloisio Lorscheider é exemplar. Tendo sido por mais de 20 anos arcebispo de Fortaleza, mas profundamente ligado aos processos sociais que culminariam com a redemocratização e com o trabalho pastoral das CEBs (que permitia a algumas referirem-se a ele como um dos “bispos vermelhos”, em alusão ao “comunismo”), o cardeal viu nascer, em Fortaleza, um pujante movimento carismático, a partir da atuação do Padre Caetano e, depois, dos jovens que formariam a Comunidade Católica Shalom²⁴. Inclusive, cumpre destacar, a Comunidade logrou êxito em suas empreitadas, desde o início, graças ao apoio encontrado na pessoa do cardeal, especialmente por sua relação de amizade com Moysés de Azevedo, mas o referido bispo guarda em seu arcebispado uma série de relações controversas com o movimento.

Uma entrevistada da Comunidade Católica Shalom, questionada sobre uma certa “ambiguidade” no trato de Dom Aloisio com a RCC (inclusive com a Comunidade Shalom), relê assim a proximidade do cardeal com a Teologia da Libertação:

Existem paradoxos que não são contraditórios. A Teologia da libertação nasce na academia e enquanto teoria, e isso era belo, levar a igreja a estar junto dos pobres, diminuir essa separação, isso é muito belo enquanto teoria... e a coisa, na prática, foi um desastre [...] muitos ainda acreditavam na teoria, e assim foi. Dom Aloisio, enquanto bispo, ele tinha toda uma Igreja, um bispo não pode chegar numa igreja e, se ele tem uma posição contrária de maior parte do clero, ele não pode varrer o clero que tenha uma posição diferente. Ele precisa unir, o bispo é um home de unidade. Se diz que Dom Aloisio era um simpatizante (da Teologia da Libertação) mas não se pode dizer que ele era um expoente do pensamento da Teologia da Libertação. O fato dele acolher a Comunidade que nasceu dentro da Renovação Carismática, uma pessoa que faz isso com um movimento que nasce dentro do Renovação, com os carismas [...] e o bispo acolher a comunidade, reconhecer o carisma da Comunidade, o carisma que se está na Igreja se vê claramente em Dom Aloisio que acolhe a Comunidade.

(Josefa Alves, consagrada da Comunidade de Vida)

²⁴ A Comunidade Católica Shalom, fundada em Fortaleza no ano de 1982, por Moysés Azevedo, é a maior “Nova Comunidade” do Brasil, ligada à RCC. Foi a primeira a obter o reconhecimento pontifício, em 2012, passando a ser tutelada exclusivamente pelo Dicastério dos Leigos e da Vida Consagrada. Possui hoje mais de 12 mil membros consagrados, divididos em Comunidade de Vida (que moram em uma das casas da própria comunidade) e Comunidade de Aliança. Está presente em mais de 70 dioceses do Brasil e em 22 países. Possui 25 sacerdotes e 77 seminaristas e formação. A maior parte dos católicos que “fundaram” a RCC no Ceará estão entre seus membros, em especial Emmir Nogueira, que durante muitos anos foi a coordenadora da secção do Ceará da RCC e hoje é a cofundadora da Comunidade. Apesar da distinção de tratamento dispensado à Novas Comunidades em relação à RCC, as falas aqui transcritas o foram enquanto os entrevistados falaram como membros da RCC ou sobre a relação dos bispos com a RCC em geral.

Essa, porém, não parece ser a opinião de uma outra liderança da RCC, escutada para esta pesquisa e que pediu para não ser identificada:

Com Dom Aloisio sempre foi um relacionamento filial, com relação ao Moisés²⁵, principalmente, com a Emmir²⁶, menos. *Dom Aloisio nos espantava, porque ele nos recebia e conversava conosco como um pai, direcionando, até detalhes; em público ele tomava outra postura. Isso nos espantava, e me espanta até hoje, porque era um homem de caráter. Até hoje quando eu penso eu me espanto, até hoje não entendi.*

Esse segundo depoimento parece-me mais próximo da realidade, o que pode ser demonstrado pelo seguinte relato (longo, mas que penso ser necessário transcrever, dada a riqueza de detalhes), onde se narra um conflito de opiniões entre o cardeal brasileiro e dois outros cardeais presentes na reunião da Congregação Para a Doutrina da Fé, realizada em 6 de outubro de 1987, em preparação para o Sínodo dos Bispos, onde se discutiu a pretensa “autonomia” dos movimentos eclesiais, dentre eles as Comunidades da RCC, frente à autoridade dos bispos diocesanos pelo fato de terem o beneplácito da Santa Sé:

Face a esta “artilharia pesada” em favor dos movimentos, no dia 8 de outubro, o cardeal brasileiro Dom Aloisio Lorscheider, uma das figuras mais respeitadas da Igreja latino-americana, apareceu cedo para fazer valer a autoridade dos bispos locais e exprimir as desconfianças sobre os muitos perigos dos movimentos. Eles têm que trabalhar “em quadro de sincera obediência ao pastor da igreja local, em estreita comunhão com ele”, disse o cardeal. Recorrer à autoridade do Papa não era suficiente: “Comunhão com o pastor supremo requerer comunhão com o pastor da igreja local, que dirige a comunidade a ele confiada como vigário de Cristo e que o faz com sua autoridade própria e imediata”. Lorscheider tomou abertamente a defesa daqueles que acreditam que “se deve evitar a ação pastoral paralela” e dos pastores que não estão dispostos a abrir mão de sua autoridade simplesmente porque estes grupos autônomos apresentam-se com a benção do Papa.

[...] Em desafio direto à intervenção da véspera do cardeal Lorscheider, o cardeal Luigi Giussani fez um apelo dramático à autoridade do papa no florido linguajar do novo ultramonismo dos movimentos: “A ordem da grande disciplina da Igreja, canal da liberdade conferida pelo Espírito Santo, floresce na comunhão com o sucessor de Pedro, espaço da paz suprema para cada crente”. Tendo estabelecido a autoridade papal como solução para

²⁵ Moisés de Azevedo é o fundador da Comunidade Católica Shalom. Leigo consagrado.

²⁶ Emmir Nogueira é casada e cofundadora da Comunidade Católica Shalom. Autora de mais de 30 livros, consagrou-se como uma das mais importantes formadoras no movimento carismático, sendo reconhecida internacionalmente.

qualquer conflito local, Giussani reconhecia que “os movimentos devem obediência aos bispos mas como profunda mortificação”. Os bispos, entretanto, deviam aos movimentos “a liberdade por intermédio da qual a paternidade dos bispos, sobrepujando suas opiniões e perspectivas pessoais, é capaz de respeitar a identidade do carisma e aceitar como fator construtivo, mesmo no plano pastoral, a expressão prática do carisma em sua diocese. Em outras palavras, o bispo não devia interferir nem na identidade nem na atividade do movimento, mas simplesmente “reconhecê-lo”

(URQUHART, 2002, p. 89)

O cardeal brasileiro, portanto, instaurara um debate no Sínodo acerca dos novos movimentos, ao certo por já identificar em sua diocese certos sinais de esgarçamento de sua autoridade enquanto pastor local. Mas estaria ele, assim agindo, pensando em alguma realidade comunitária específica? Dado que o cardeal já é falecido, não há como encontrar respostas definitivas, mas apenas, ancorado nos fatos, especular. Não é esse o caminho por mim escolhido.

Assim, o choque entre as comunidades da RCC e a autoridade do bispo local, no Brasil e no mundo, desde sempre se constituiu como motivo de desconfiança e reserva dos bispos por, de certa forma, ameaçarem seu poder sob uma jurisdição específica, a diocese, uma vez que a escolha dos movimentos, como a RCC, foi desde sempre um alinhamento à Roma, o que, juntando-se ao fato de ser uma “faceta católica” do pentecostalismo protestante, forjava uma ameaça de “igreja paralela”:

Alguns bispos ficam irritados pelo fato de o epicentro desses movimentos sejam fora de suas dioceses e das ordens partirem de outras igrejas, de outras nações ou de outras culturas [...] Além disso, os vários concílios diocesanos realizados na época pós-conciliar sentem que as atividades desse movimentos procuram passar ao largo da autoridade deles e não se coadunam com os planos de pastoral diocesana [...] Há casos em que o bispo chega até a perguntar se ainda continua a ser o chefe de sua diocese

(URQUHART, 2002, p. 88)

Sobre essa acusação de que a RCC forjaria uma “igreja paralela”, a referida liderança, que pediu para não ser identificada, comenta:

Essa acusação perdurou durante anos, hoje diante dos frutos não há mais argumento. Se nós estivemos presentes na Catedral durante a semana santa, durante o natal, ela estaria vazia. Será que somos mesmo paralelos? Por que vamos para lá? Porque lá a gente reconhece a unidade e quer fazer unidade.

Além disso eu, durante todos esses anos eu vi um esforço comovente da Renovação tentar se relacionar com o que os vários bispos chamavam de “igreja”. O que a gente vê é que a igreja é o povo de Deus, é os leigos e a hierarquia, mas não sei com que conceito eles consideram “igrejas” como frutos paralelos.

Ainda sobre as relações entre a RCC e a cúpula de Roma, verticalizando a obediência ao clero, por assim dizer, ela responde:

Por iniciativa do Pontifício Conselho para os Leigos, foi montado um escritório da RCC em Roma, que é uma coisa que a RCC em geral não é muito de estrutura... Esse Conselho pediu que começasse uma fraternidade de comunidades... é muito engraçado isso, essa interpretação da nossa mentalidade... eu via que a Comunidades Novas e as realidades eclesiais, Associações, elas procuravam entrar nessa fraternidade exatamente porque elas se sentiam isoladas e lá elas tinham uma ligação segura com Roma. Como as Conferências Nacionais adotavam essa mesma postura de não-diálogo, de não-pesquisa, a de não contar com fatos objetivos, essas Fraternidades começaram a se juntar para ter orientação da Igreja, já que não tinham nos seus lugares, já que não encontravam respaldo nas suas dioceses. Nunca houve uma conspiração, uma unidade contra as Conferências, o que havia era uma partilha sobre como as comunidades evangelizavam. O tema central era o que nós poderíamos fazer para ajudar a Igreja.

Voltemos a Dom Aloisio. Na missa realizada por ocasião dos 10 anos da Comunidade Católica Shalom, realizada em 1992, o referido cardeal teria feito uma homilia que desagradou a quase todos os membros da Comunidade, uma vez que o teor foi de total ataque ao uso dos carismas, em especial o dom de línguas. O fato é que, dois anos depois, seria publicado o primeiro documento da CNBB dirigido à RCC, com um conteúdo muito semelhante ao que Dom Aloisio havia falado na referida homilia. Teria sido ele um dos autores?

Nas “Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica”, publicadas no documento de número 53, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) faz uma série de ressalvas, recomendações e evitações às práticas e às linguagens então em curso no movimento e, como veremos, constituíram-se como sua marca identitária. Parecia haver, pelo teor do documento, um receio por parte dos bispos de que o movimento se tornasse uma igreja paralela, aproximando-se por demais dos pentecostais evangélicos.

Em linhas gerais, o teor do documento é o seguinte:

- reconhece o “novo dinamismo e entusiasmo” trazidos pela RCC à Igreja;

- percebe nela um dos “novos caminhos que o Espírito suscita”, mas alerta para possíveis “deturpações”;
- reconhece a importância dos carismas, mas afirma que eles não exprimem “a perfeição da salvação”, sendo preferível a “caridade”;
- acentua a supremacia “do ministério episcopal-presbiterial”, reforçando a supremacia do clero, pesar de reconhecer a “liberdade associativa dos fiéis”, chamando-os a uma “responsabilidade em professar a fé católica”, expressa por uma comunhão tanto com o papa quanto com o bispo, cabendo a este a responsabilidade por “corrigir o que for necessário”;
- sugestão de que os membros da RCC participem de outros movimentos da Igreja;
- recomendação para se evitar o uso de termos já consagrados no catolicismo (por exemplo, “batismo no Espírito” e “pastores”) e para evitar reuniões de grupos de oração no horário da missa;
- moderação no uso dos carismas²⁷, devendo os bispos assegurar a autenticidade dos mesmos;
- cuidado com o espírito “milagreiro” ao se rezar por cura;
- entre outras coisas a se evitar, mas que faziam, e fazem parte, da identidade carismática.

Um documento, portanto, que demonstra uma linha de disciplinamento da RCC por parte da hierarquia, sob o receio de perder o controle sobre o movimento que, não custa lembrar, surgiu no meio de leigos. Recomendar, pois, a cautela no uso dos dons carismáticos, em especial o de línguas e o dom de cura, era atacar a identidade carismática no que ele tem de “carismática”, uma vez que a própria razão de ser da RCC é a vivência dos dons carismáticos dentro do catolicismo. Uma “obediência”, pois, às recomendações da CNBB poderia ter findado a existência da RCC enquanto “renovação carismática”.

Quis eu saber de minha entrevistada (que não quis ser identificada) as reações, à época, dos membros da RCC ao documento. Sua resposta expõe, uma vez mais, as fissuras entre o movimento e a CNBB:

²⁷ A resistência dos bispos brasileiros ao uso dos dons carismáticos parece não ter sido ultrapassada. No documento 62, publicado em 1999, pode-se ler: “Os dons extraordinários não devem ser temerariamente pedidos nem deles devem presunçosamente ser esperados frutos de obras apostólicas” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1999, p. 64).

Esse documento de 94 foi recebido pela RCC em geral com espanto e tristeza porque a gente não entendeu bem. Existe no Brasil Renovação e Renovação, liderança e liderança, joio e trigo. Houve, em certos lugares do Brasil, realmente um verdadeiro exagero com relação ao dom de línguas, onde as pessoas ficavam forçando até as pessoas rezarem. Me parece que a CNBB pegou esses casos e generalizou no documento. Na época houve muita revolta, no sentido de não se sentir compreendido. No meu ponto de vista, uma das coisas que a CNBB falhou, até pouco tempo, foi sentar e conversar. Esse tipo de diálogo, paterno, fraterno, nunca houve com relação a CNBB e a Renovação. A CNBB se limitava a fazer documento e soltar, sem consulta e sem diálogo. Não é esse o papel da Conferência, que tem papel de pastoreio, de paternidade, e não de “canetada”. Quando nós lemos aquilo, nós dissemos: “bom, estamos forçando os dons ou eles estão acontecendo?” Nós continuamos tranquilamente.

Sem ação do Espírito Santo não há evangelização O foco principal das comunidades é a evangelização, não são os dons. Seja evangelização dos casais, dos jovens, dos pobres, seja dos presidiários. Enquanto isso, me perdoe a ironia, a CNBB fica escrevendo documento, e a gente vê um esvaziamento das pastorais, as pastorais em geral se reúnem para brigar, disputar cargo, uma coisa vazia. O batismo no Espírito Santo de fato modifica as pessoas, traz uma paresia nova, leva a pessoas a rezarem, a busca a santidade, buscar a viver a fraternidade, o foco que se vê nas Comunidades é a evangelização, não são os dons, não são os dons, e o foco que se vê na RCC é a evangelização. Não sei o que seria da evangelização no Brasil sem as Novas Comunidades, estaríamos todos nas seitas, porque não tem alma, não tem vida, a estrutura paroquial é sem vida, sem alma, as pessoas já não dão tanto crédito a tantas coisas da Igreja.

Um outro documento, solicitado para a compreensão da teologia dos novos movimentos eclesiais, seria publicado em 1997 sob o nome “Teologia dos Movimentos Católicos”. Nele aparecem aspectos positivos e negativos, bem como “recomendações”, acerca dos seguintes movimentos: Comunhão e Libertação, Focolares, Schoenstatt, Neocatecumenato e Renovação Carismática Católica.

A quem se debruça sobre a leitura do documento chama a atenção para o tamanho do espaço destinado aos “aspectos negativos” da RCC, que reiteram os pontos a serem evitados, elencados no documento de 1994: a oração em línguas podia gerar a impressão de constituir ponto alto de espiritualidade e o dom de curas cair no curandeirismo; o repouso no Espírito poderia causar um clima de “histeria coletiva” e à “debilidade psíquica”; o “batismo no Espírito” poderia criar confusão em relação ao batismo sacramental; havia uma “fácil credibilidade” nas profecias e nas visões; o risco de fechamento na própria espiritualidade do movimento; interpretação da Bíblia sem a orientação da Igreja; a insistência nos exorcismos;

entre outras. A conclusão é taxativa: “esses movimentos parecem ser uma igreja paralela em potencial, fechados em si mesmos e interligados internacionalmente entre si e com Roma” (CNBB, 1997).

Mais uma vez recorro à análise de minha interlocutora:

O que nós vivemos, a realidade é diferente. Então, há que ter uma paciência histórica, com relação a Renovação, e nossa para com a instituição. *Não seria fácil de entender se não houvesse essa tensão*. É algo muito novo, e muito antigo, porque se você pegar Coríntios 14 São Paulo está lá dizendo como se fazia nas grandes assembleias, quando se profetiza, quando se cura, ou então Coríntios 14 está enganado. E os dons nunca sumiram na Igreja, Santo Inácio, Santa Teresa. Dons extraordinários, Padre Pio. Nem sempre a igreja enquanto instituição acompanha isso, uma coisa é o que vemos acontecer outra coisa é o que a CNBB sem diálogo, na minha opinião, resolve interpretar.

Estas recomendações permitem aos estudiosos do catolicismo traçar um perfil do que representaria, para os bispos (mas não para Roma), uma Igreja cada vez mais deslocada para a ação evangelizadora dos “movimentos”, e não mais das “pastorais”, o que acarretaria, cada vez mais, uma autonomia frente ao exercício da autoridade eclesial dos bispos em suas dioceses. Teríamos, assim, no interior do catolicismo

o deslocamento de uma Igreja com movimentos para o modelo de uma Igreja configurada pelos movimentos. Eles se transformam numa constelação de “diocese flutuantes” ao estilo da prelazia pessoal da Opus Dei. Cada um deles se considera único, total, exclusivo [...] Aumenta a distância entre o católico normal paroquial e o dos Novos Movimentos Religioso, entre as celebrações numa paróquia tradicional e as dos e nos movimentos. Opõe-se ao anonimato do púlpito a dinâmica do segmento fervoroso

(LIBANIO, 2004, p. 61)

Os Novos Movimentos, dentre eles a RCC, dão cada vez mais mostras de que “vieram para ficar”, impondo suas dinâmicas ao catolicismo. As missas, por exemplo, passam cada vez mais a serem diferenciadas entre missas “alegres”, “fervorosas”, “de cura” e aquelas que são “normais”, “sem vida”; “padres tradicionais” *versus* “padres modernos”, “padres com poder”, “padres santos”. Por três ou quatro vezes, cheguei para realizar entrevistas no Centro de Evangelização Shalom da Paz, na Aldeota, em dia de quinta-feira, quando o Padre Antônio celebra sua “missa de cura”, e observei grupos chegando às 13 horas, quando a missa começaria apenas às 19 horas. Indaguei, por duas vezes, senhoras sobre o motivo de chegar-

se tão cedo e virem de tão longe. “Ora, porque, você já assistiu a uma missa do Padre Antônio?”. Definitivamente, depois da RCC, não é “qualquer missa” que “é” missa! Na verdade, na lógica da espiritualidade contemporânea, que assegura a livre adesão dos indivíduos, a partir de uma experiência por eles vivenciada e realimentada, importa que a religião lhe toque pessoalmente, o que a RCC, por meio de sua ênfase no emocionalismo, opera muito a contento.

Como sugere Maués (2012, p. 875):

A RCC, com seu modo alegre e descontraído de atuar, tem exercido grande influência na *performance* ritual, litúrgica da Igreja Católica Apostólica Romana, mas também nas formas de espiritualidade. Ao mesmo tempo, seu carisma tem sido mantido sob controle, até certo ponto, pelas autoridades eclesiais.

Por outro lado, padres e bispos têm se “convertido” à RCC, o que aumenta sua influência e a transforma, através de vários tipos de ação – grupos de oração, ministérios, comunidades, grandes manifestações de massa – num movimento altamente atuante e inovador, sobretudo no sentido da espiritualidade, no interior da ICAR (a despeito de toda a oposição que também provoca dentro dessa Igreja) [...] Uma coisa parece certa: a inovação constituída na ICAR pelos NMEs e pelas novas comunidades é algo inédito e inusitado, podendo representar mudança radical no próprio *ethos* da instituição eclesial, embora sem estabelecer, de outro lado, qualquer mudança em sua identidade, que permanece católica (nos dois sentidos, acima apontado, de *catolicidade*)

(MAUÉS, 2012, p. 875, grifos do autor)

Considerações finais

Passados alguns anos, com as Novas Comunidades e os Movimentos devidamente legitimados pela Igreja de Roma, as relações com os bispos brasileiros, dada a pujança da presença do movimento carismático no Brasil, parece ter sido modificada, e hoje ser uma relação de mais reconhecimento e confiança. Talvez pelo fato de os últimos três papas (João Paulo II, Bento XVI e Francisco) não terem economizado elogios ao movimento, estando presentes em diversos eventos de comemoração do movimento. Foi João Paulo II quem, em 1998, dirigiu-se ao movimento como uma “nova primavera na Igreja”, vendo neles um importante aliado na luta pela recatolização dos países em que a Igreja havia perdido o

monopólio religioso e, por isso mesmo, cultural, uma vez que tais movimentos se centram num ideal de cristandade como um valor “cultural”, ou mesmo “contracultural”²⁸.

Em entrevista realizada para a referida pesquisa, o arcebispo de Fortaleza, Dom José Antônio Tosi, referiu-se à RCC como “uma das forças atuais na vida da Igreja”, uma vez ser “um movimento de reavivamento da fé”, que permite a seus adeptos “uma mais autêntica vida cristã, que supere um cristianismo superficial”, e que, após “passar por um discernimento da parte da Igreja para conferir sua autenticidade cristã”, pode contar, hoje, com seu beneplácito em sua empreitada missionária.

Portanto, apesar de persistirem as objeções aos usos dos carismas, a liberdade de associação dos grupos e comunidades ligadas à RCC no interior do catolicismo, e seu reconhecimento a nível institucional, passa a ser algo inquestionável. Segundo pudemos observar durante realização de nossa pesquisa, apesar de a única Arquidiocese brasileira que ainda guarda reticências ao movimento ser a de Maceió, não pudemos compreender as raízes e o histórico de tais resistências, nem mesmo as possíveis estratégias do movimento para superá-las. Essa “aliança”, ou “coalizão”, entre CNBB e RCC tomou uma forma ainda mais consistente em 2005, quando a publicação de um novo documento da CNBB (publicado em 10 de novembro daquele ano) ressaltaria a “vitalidade” dos Movimentos e a “contribuição que dão à vida e ao dinamismo da Igreja”, destacando a ação missionária das “Novas Comunidades”, oriundas da RCC, marcando, assim, um novo momento da política de relações entre esta e o movimento carismático.

²⁸ Durante o Encontro Geral da Obra Shalom, realizado em julho de 2017, Emmir Nogueira indicou ser a RCC um movimento surgido para, como cultura, fazer frente a uma outra cultura: “1961. Concílio Vaticano II. No dia 25 de dezembro de 61 foi convocado o Concílio Vaticano II, que começou em 62 e foi até 08 de dezembro de 64. A igreja declara que os carismas são parte constitutiva da humanidade. 1967. Começam os festivais hippies dos Estados Unidos. Começa em 68 a revolução dos estudantes franceses, a revolução de Maio. Depois em 69 vem o festival de Woodstock, que não foi em Woodstock, mas foi numa cidade chamada Bethel, que significa a “casa de Deus”. Foi plantada no mundo naquela época, exatamente naquela época, a contracultura. Vocês sabem que em Woodstock as pessoas andavam nuas, faziam sexo do jeito que queriam, se drogavam do jeito que queriam. E Deus, que nunca nos abandona, na Universidade em Duquesne, em 1967, quando um grupo de estudantes universitários estudavam os Atos dos Apóstolos, dá a esses universitários uma experiência profunda com o Espírito Santo, e os batiza no Espírito Santo. Nasce a Renovação Carismática Católica, uma torrente de graças para o mundo. Nasce não só em Duquesne, mas na Alemanha, na cortina de ferro, e no mundo inteiro” (Trechos gravados em áudio durante realização da pesquisa, em 09/07/2017).

Referências

ANTONIAZZI, Alberto. *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* São Paulo, SP: Paulus, 2004.

CARRANZA, Brenda. *Catolicismo midiático*. Aparecida, SP: Ideias&Letras, 2010.

_____. Perspectivas da neopentecostalização católica In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo (Orgs.). *Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida, SP: Ideias&Letras, 2009, p. 33-58.

_____. *Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências*. Aparecida, SP: Santuário, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e Ministério dos cristãos leigos e leigas*. Documento 62. São Paulo: 1999.

_____. *Orientações pastorais sobre a Renovação Carismática Católica*. Documento 53. São Paulo: 1994.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Libertatis Nuntius*. Disponível em: <www.veritatis.com.br/conteudo.asp?pubid=892>. Acesso em: 18/05/2006.

LIBANIO, João Batista. Conjuntura eclesial – CRB Nacional. In: *Palestras da XX Assembleia Geral Ordinária de Religiosos da CRB*. Rio de Janeiro: Publicações CRB, 2004, p. 55-75.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIZ, Cecília. Novas Comunidades: por que crescem? In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo (orgs.). *Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida, SP: Ideias&Letras, 2009, p. 139-170.

_____. A dinâmica das classificações no pentecostalismo brasileiro. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; GOUVEIA, Eliane; JARDILINO, José Rubens Lima (Orgs.). *Sociologia da Religião: revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa*. São Paulo: UESP/PUC, 1998, p. 85-92.

_____. Católicos de libertação, católicos renovados e neopentecostais. *Cadernos CERIS*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 2001, p. 11-42.

MARIZ, Cecília L.; SOUZA, Carlos Henrique. Carismáticos e pentecostais: os limites das trocas ecumênicas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, p. 381-408.

MASSARÃO, Leila Maria. Combates no Espírito: Renovação Carismática Católica, teorias e interpretações. *Revista Aulas*, n. 4, Campinas, SP, 2007, p. 1-22.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Movimentos Eclesiais Católicos e modernidade: uma Igreja em transformação. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 2, São Paulo, 2012, p. 857-897.

_____. Catolicismo e Xamanismo: comparação entre a cura no Movimento Carismático e na pajelança rural amazônica. *ILHA*, s/l, s/n, 2002.

MENDONÇA, Antonio G. Pentecostalismo e as concepções históricas de sua classificação. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; GOUVEIA, Eliane; JARDILINO, José Rubens Lima (Orgs.). *Sociologia da Religião: revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa*. São Paulo: UESP/PUC, 1998, p. 74-84.

MIRANDA, Julia. Convivendo com o “diferente”: juventude carismática e tolerância religiosa. *Religião e Sociedade*, vol. 30, n. 1, Rio de Janeiro, 2010, p. 117-142.

_____. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens o religioso no político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MIRANDA, D. Antonio Afonso de. *O que é preciso saber sobre a Renovação carismática*. 13ª ed. São Paulo: Editora Santuário, 2012.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo? *Religião e Sociedade*, n. 33, vol. 1, Rio de Janeiro, 2013, p. 122-144.

_____. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PORTELLA, Rodrigo. Ser católico é ser exclusivista? Reflexões e provocações sobre um fenômeno “moderno”. *Mediações*, v. 18, n. 1, jan/jun, Londrina, 2013, p. 257-270.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Mudança Religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, n. 2, jul-dez. 2015, p. 351-379.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo de. A carismática despolitização da Igreja católica. In: PIERUCCI, Antonio Flávio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 59-91.

RANAGHAN, Kevin. *Católicos Pentecostais*. Pindamonhangada/SP: O.S.Boyer, 1972.

RAHM, Haroldo. *Sereis Batizados no Espírito*. São Paulo: Loyola, 1972.

RATZINGER, Cardeal Joseph. *A fé em crise?* O Cardeal Ratzinger se interroga. São Paulo: Ed. E.P.U., 1985.

SOFIATI, Flavio Munhoz. Elementos sócio-históricos da Renovação Carismática Católica. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 37, jul./dez. 2009, p. 216-241.

SOUSA, Ronaldo José de. *Carisma e Instituição: relações de poder na Renovação Carismática do Brasil*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2005.

_____. *Ide às encruzilhadas: doutrina social, Renovação Carismática e opção pelos pobres*. Coleção RCC Novo Milênio, 9. Aparecida, SP: Santuário, 2003.

SOUZA, André Ricardo de. Um balanço do catolicismo carismático. In: SILVEIRA, Emerson José Sena; SOFIATI, Flavio Munhoz. *Novas leituras do campo religioso brasileiro*. São Paulo: Idéias&Letras, 2014, p. 155-166.

_____. A renovação Popularizadora Católica. *Revista de Estudos da Religião*, n. 4, Rio de Janeiro, 2001.

SUENENS, L. J. O cardeal Suenens opina sobre a Renovação Carismática. In: ALDUNATE, C. et al. *A experiência de Pentecostes. A Renovação Carismática na Igreja Católica*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 40.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo contemporâneo. *Revista USP*, n. 67, setembro/novembro, São Paulo, 2005, p. 14-23.

URQUHART, Gordon. *A Armada do Papa: os segredos e o poder das novas seitas na Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Record, 2002.